

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL RECURSO EM SENTIDO ESTRITO nº  
0003557-75.2019.8.10.0001 Sessão Virtual iniciada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022  
e finalizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022 1º Recorrente : Marcos Antônio  
Rodrigues Marques Advogada : Carolina de Albuquerque Léda Carvalho (OAB/MA  
nº 18.553) 2º Recorrente : Maíke de Carvalho Gomes Advogado : Renato  
Mendes de Sousa Silva (OAB/MA nº 11.652) 3º Recorrente : Cristiano  
Rodrigues de Sousa Defensor Público : Audísio Nogueira Cavalcante Júnior  
Recorrido : Ministério Público do Estado do Maranhão Promotora de  
Justiça : Jerusa Capistrano Pinto Bandeira Incidência Penal : Art. 121, §  
2º, I e IV c/c os arts. 29 e 69, todos do CP e art. 2º, § 2º da Lei  
12.850/13 Origem : Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados de São  
Luís, MA Relator : Desembargador Vicente de Castro RECURSOS EM SENTIDO  
ESTRITO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. DOIS HOMICÍDIOS QUALIFICADOS POR MOTIVO  
TORPE E POR MEIO DE RECURSO QUE DIFICULTOU OU IMPOSSIBILITOU A DEFESA DAS  
VÍTIMAS, EM CONCURSO DE AGENTES E CONCURSO MATERIAL. ART. 121, § 2º, I E  
IV C/C OS ARTS. 29 E 69 TODOS DO CP. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. ART.  
2º, § 2º, DA LEI Nº 12.850/13. PRELIMINAR DE NULIDADE. EXCESSO DE  
LINGUAGEM. REJEITADA. MATERIALIDADE DO FATO DELITUOSO E INDÍCIOS  
SUFICIENTES DE AUTORIA. MATERIALIDADE DOS FATOS DELITUOSOS E INDÍCIOS  
SUFICIENTES DE AUTORIA VERIFICADOS. ART. 413, CAPUT, DO CPP. NEGATIVA DE  
AUTORIA. TESE DEFENSIVA NÃO DEMONSTRADA CABALMENTE. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO  
SOCIETATE. APLICABILIDADE. AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS DOS CRIMES DE  
HOMICÍDIO. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. NÃO VERIFICAÇÃO. MATÉRIA A SER  
APRECIADA PELO TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO MANTIDA. I. A diligência do Juízo  
a quo em fazer alusão a todas as teses levantadas pela defesa em sede de  
alegações finais não representa excesso de linguagem, mormente quando o  
magistrado de base, ao pronunciar os réus, se limita a realizar mero juízo  
de admissibilidade da acusação formalizada contra os acusados. II.  
Tratando-se de imputação da prática de crimes dolosos contra a vida,  
presentes indícios de autoria e comprovada a materialidade dos fatos, de  
rigor a manutenção da pronúncia dos acusados (art. 413 do CPP). III.  
Prevalece, na fase de pronúncia, o princípio in dubio pro societate, o  
qual visa a assegurar a observância da competência constitucional do  
Tribunal do Júri, ao qual incumbe realizar o juízo meritório aprofundado  
da causa, que somente pode ser afastada em caso de inabalável certeza  
quanto à ausência de indícios suficientes de autoria, ou alguma situação  
manifestamente comprovada que autorize a absolvição sumária ou  
impronúncia. IV. Por tratar-se a decisão de pronúncia de mero juízo de  
admissibilidade, somente se mostra possível a exclusão de qualificadora no  
sobredito decisor quando manifestamente incompatível com os fatos  
apurados, hipótese não constatada nos autos, impondo-se, dessa forma, a  
preservação da competência absoluta do Tribunal do Júri para o  
enfrentamento da matéria. V. Recursos DESPROVIDOS, de acordo com o parecer  
ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso em  
Sentido Estrito nº 0003557-75.2019.8.10.0001, “unanimemente e de acordo  
com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, a Segunda Câmara  
Criminal negou provimento aos recursos interpostos, nos termos do voto do  
Desembargador Relator”. Votaram os Senhores Desembargadores Vicente de  
Castro (Relator), José Luiz Oliveira de Almeida e .....  
Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr.\_\_\_\_\_. São Luís,  
Maranhão. Desembargador Vicente de Castro Relator (RSE  
0003557-75.2019.8.10.0001, Rel. Desembargador (a) VICENTE DE PAULA GOMES  
DE CASTRO, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 19/12/2022)